PARECER	: PAR-AUDITORIA-8683/2014
PROCESSO TC/MS	: TC/03459/2012
PROTOCOLO	: 1283728
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAPORÃ - MS
RESPONSÁVEL	: EBERTON VITALINO GENÁRIO
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2011
RELATOR	: WALDIR NEVES BARBOSA

I – PREÂMBULO

1 – As contas ora abordadas autuada neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/03459/2012, diz respeito às **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAPORÃ – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2011**, sob a responsabilidade do Agente Público **EBERTON VITALINO GENÁRIO**, remetidas ao Tribunal para fins de julgamento em concordância com o determinado no disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, (Dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul) e do **item 4** da **alínea "a"** do **inciso II** do **art. 16** da Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul).

2 – Concordante com os autos do processo as Contas Anuais de Gestão foram endereçada no tempo designado

(até noventa dias após o encerramento do exercício financeiro), atendendo o inteiro teor do disposto no **Anexo I** da **Letra "B"** do **Subitem 2.1** do **Item 2** da **Seção II** do **Título I** da Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011.

3 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012.

4 – Examinados os autos do processo verifica-se que a Inspetoria de Controle Externo constatou na fase inicial de instrução processual **IMPROPRIEDADES**, as quais em cumprimento do princípio do contraditório e da ampla defesa que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988 foram notificadas ao Agente Público inclusive ao atual por meio do **OF.NOT-G.WNB – 3139/2013** acostado à peça nº 24, sendo que ambos **deixam o prazo transcorrer em branco** sem apresentar justificativas e documentos capaz de saná-las, razão pela qual foi certificado o decurso do prazo por meio do Documento acostado à peça 32.

5 – À vista da não manifestação de defesa por parte do Agente Público inclusive do atual, a Inspetoria de Controle Externo considerou que as **IMPROPRIEDADES** diligenciadas não foram sanadas, de modo que as ratificou na forma transcrita, a seguir:

V.1.a - Cálculo da Avaliação Atuarial, referente ao exercício de 2011, conforme preceitua o inciso I do Artigo 1º da Lei nº 9.717/98 alterada pela MP nº 2.187/2001 e sua avaliação anual;

V.1.b - Lei de Criação do Instituto de Previdência própria do Município;

V.1.c - Decreto de nomeação dos membros do Conselho;

V.1.d - Parecer Técnico conclusivo da Unidade de Controle Interno sobre as Contas, pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre o parecer do Controle Interno;

V.1.e - Parecer do Conselho Fiscal, se aplicável ou sua justificativa.

6 – Em face do exposto, a Inspetoria de Controle Externo, em conclusão se manifestou de modo terminal acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

*[...] entendemos que o Balanço Geral do Fundo Municipal de Previdência Social de Itaporã/MS, referente ao exercício financeiro de 2011, **não** oferece condições favoráveis para obter aprovação, [...]*

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

7 – Antes de adentrar no mérito do exame da aquilatação destas Contas Anuais de Gestão é necessário considerar neste Parecer, as **IMPROPRIEDADES** trazidas à baila pela Inspetoria de Controle Externo transcritas preambularmente no **item 5**, as quais em sua opinião são consideradas motivo para o seu julgamento como **CONTAS IRREGULARES**, com o que esta Autoria compartilha, no todo, por evidenciar infração prevista no **inciso IV** do **art. 42** da LCE nº 160, de 02.01.2012 *(a sonegação de quaisquer dados, informações ou documentos solicitados regularmente*

pela autoridade do Tribunal ou do Ministério Público de Contas;).

8 – Adentrando no mérito da avalição do exame destas Contas Anuais de Gestão, frente a vigente ordem constitucional, legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública municipal ficou constatado o exposto, a seguir:

8.1 – ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 14.12.2011

8.1.1 – Não cumprimento da **letra "B"** do **subitem 2.1** do **item 2** da **Seção II**, do **Título I**, por deixar de apresentar estas Contas Anuais de Gestão instruídas na forma do **Anexo I** do Manual de Remessa de Informações, congruente com as impropriedades transcritas preambularmente no **item 5**.

8.2 – DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04.05.2000 – LRF

8.2.1 – Cumprimento do ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 – LRF, por dar **transparência** e **publicidade** destas Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações

dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 19.

8.3 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17.03.1964, PORTARIA Nº 42, DE 04.04.1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04.05.2001 DO MF E MPOG

8.3.1 – DO ORÇAMENTO

8.3.1.1 – A Lei Municipal nº 2.155, de 13.12.2010 - LOA autorizou **créditos orçamentários** para o Fundo na ordem de **R$ 1.391.900,00**, conforme visto na **ANÁLISE ANP-3ICE-9774/2012** acostada à peça nº 22.

8.3.2 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

8.3.2.1 – Cumprimento do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal, alterando o Orçamento do Fundo para **R$ 1.615.900,00**, conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 8.

8.3.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

8.3.3.1 – Cumprimento do disposto nos **§§ 1º, 2º** e **4º**

do **art. 11**da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a **classificação econômica da receita orçamentária** de conformidade com as citadas normas legais, conforme visto no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada acostado à peça nº 7, o qual evidencia receita orçada de **R$ 1.391.000,00** e arrecadada na ordem de **R$ 1.771.995,93**.

8.3.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.3.4.1 – Cumprimento do disposto no **art. 12** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, bem como da Portaria nº 42, de 04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a despesa orçamentária classificada por **categorias econômicas** e por **funcional**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 8, o qual demonstra despesa autorizada de **R$ 1.615.900,00** e empenhada na ordem de **R$ 744.353,85**.

8.3.5 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8.3.5.1 – Não cumprimento dos **arts. 104** e **105** da Lei

Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por deixar de levar a efeito nos **Anexos 14** e **15** relacionados aos artigos apontados o cálculo da reavaliação da avaliação atuarial do plano de custeio estabelecido no **inciso I** do **art. 1º** da Lei Federal nº 9.717, 27.11.1998, tornando deste modo inconsistente o resultado do Ativo Real Líquido de **R$ 2.204.478,36**, do mesmo modo o Resultado Patrimonial Superavitário de **R$ 1.337.570,26**, cujos resultados apurados são os constantes nas tabelas, a seguir:

TABELA 1

RESULTADO ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício Anterior.	866.908,10	100,00
2 - Superavit (Deficit) Patrimonial do Exercício.	1.337.570,26	100,00
3 - Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício. → R$ = (± 1 ± 2) → % = 100%	**2.204.478,36**	**100,00**
4 - Cálculo da Reavaliação da Avaliação Atuarial do Plano de Custeio Estabelecido no **inciso I** do **art. 1º** da Lei Federal nº 9.717, 27.11.1998 não Levado a Efeito no Ativo Real Líquido Apurado.	0,00	0,00
Resultado do Exame.	Inconsistente	

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 12 e 20.

TABELA 2

RESULTADO PATRIMONIAL SUPERAVITÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Variações Ativas.	2.081.924,11	100,00
2 - Variações Passivas. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	744.353,85	35,75
3 - Superavit (Deficit) Patrimonial. → R$ = (1 – 2) → % = (3 / 1)	**1.337.570,26**	**64,25**
4 - Cálculo da Reavaliação da Avaliação Atuarial do Plano de Custeio Estabelecido no **inciso I** do **art. 1º** da Lei Federal nº 9.717, 27.11.1998 não Levado a Efeito no Superávit Apurado.	0,00	0,00
Resultado do Exame.	Inconsistente	

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 13.

8.4 – DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

8.4.1 – Cumprimento do disposto no **§ 3º** do **art. 164**, por ter depositado as disponibilidades de caixa do Fundo em **instituições financeiras oficiais**, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 19.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

9 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo ficou constatado que as Contas Anuais de Gestão em pauta, foi elaborada em **desacordo** com a vigente ordem legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública municipal, tendo em conta os fatos mostrados nos **subitens 8.1.2** e **8.3.5.1** do **item 8** da **PARTE II EXAME DE AUDITORIA**.

9.1 – Por consequência, esta Auditoria considerando o determinado no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, conclusivamente, **opina**:

9.2 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso III** do **art. 59** ambos da LCE nº 160, de 02.01.2012, julgue e considere **IRREGULARES** as **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAPORÃ – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2011**, de incumbência do Agente Público **EBERTON VITALINO GENÁRIO**, com sugestões ao Administrador Atual ou seu Substituto as recomendações expostas, a seguir:

9.2.1 – Observar o disposto na **letra "B"** do **subitem 2.1** do **item 2** da **Seção II**, do **Título I**, da Instrução Normativa nº 35, de 14.11.2011, no sentido de apresentar as Contas Anuais de Gestão do Fundo, instruídas, **no todo**, congruente com as peças do **Anexo I** do Manual de Remessa de Informações aprovado pela aludida Instrução Normativa.

9.2.2 – Realizar a avaliação atuarial do plano de custeio e benefícios, utilizando-se os parâmetros gerais para a sua organização e revisão, contabilizando os seus efeitos iniciais no Anexo 14 – Balanço Patrimonial e no Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, procurando demonstrar de forma

regular os resultados contábeis gerais do Fundo, da mesma maneira dando de modo pleno e total a transparência das contas públicas mediante ao cumprimento do princípio da publicidade determinado no ***caput*** do **art. 37** da Constituição Federal de 1988.

10 – **AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE**, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

11 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame das **Contas Anuais de Gestão** composta de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, **ressalvadas** quaisquer **impropriedades** e **irregularidades** porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

É o parecer.

Campo Grande, 04 de agosto de 2014.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

magl